



Ministério da Educação – MEC
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES
Diretoria de Educação a Distância – DED
Universidade Aberta do Brasil – UAB
Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP

MILENA DE SOUZA NASCIMENTO

**A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO EFETIVA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO
PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS – PROJOVEM URBANO
DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO/ACRE**

Rio Branco – Acre

2016

MILENA DE SOUZA NASCIMENTO

**A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO EFETIVA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO
PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS – PROJOVEM URBANO
DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO/ACRE**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP/MEC como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel(a) em Administração Pública.

Sob orientação do Professor Orientador: Msc Átila Rabelo.

Rio Branco – Acre

2016

MILENA DE SOUZA NASCIMENTO

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO EFETIVA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS – PROJovem URBANO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO/ACRE

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão da disciplina Projeto de Pesquisa em Administração da Universidade Aberta do Brasil da aluna **MILENA DE SOUZA NASCIMENTO**

Prof^o. Msc Átila Rabelo

Universidade Aberta do Brasil – UAB

Professor Orientador

Prof^a. Kalina Donato

Universidade Aberta do Brasil – UAB

Professora Examinadora

Prof^o. Marylwilson Araújo

Universidade Aberta do Brasil – UAB

Professor Examinador

AGRADECIMENTOS

Aos meus amigos Osmar Santos, Vaneide Moura, Ângela Cristina, Izabelli Ribeiro, Maria Aldenice, Ruy Moreno, Maria Jose Ferreira, Aurea Ferreira e Lídia Diógenes que estiveram ao meu lado nesses quatro anos de curso, sempre prontos a ajudar.

Agradeço a todos pelo apoio e compreensão, que pacientemente escutaram todas as minhas inquietações e sempre na torcida por uma conquista maravilhosa e abençoada Por DEUS.

Ao meu orientador Átila Rabelo que foi capaz de me ver melhor do que sou.

RESUMO

A gestão educacional, especialmente de um programa de educação de jovens como se apresenta o Projovem Urbano, tem como uma de suas funções organizar a oferta de alimentação oferecida aos diversos sujeitos atendidos pela escola. Desse modo, desenvolveu-se este estudo cujo foco consiste em demonstrar a importância da gestão efetiva da alimentação escolar e seus reflexos no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes do Projovem Urbano que frequentam o curso nas turmas que funcionam no turno da noite, nas escolas Dr. Mário de Oliveira, Instituto de Educação Lourenço Filho e Heloisa Mourão Marques, da rede pública estadual, localizadas no Município de Rio Branco-AC. Pesquisou-se, por meio de um questionário e para melhor leitura do tema aqui proposto, o ponto de vista dos jovens e sua própria percepção da relação entre aprender e receber alimentação na escola. Este trabalho traça também um breve histórico sobre a administração pública, seus caminhos e descaminhos no país, sobre a política pública de alimentação escolar, sobre o Projovem Urbano e seu público e o papel dos gestores desse programa. Levando-se em conta as considerações dos jovens atores sobre a importância efetiva da alimentação escolar no processo de ensino e aprendizagem, suas inserções na avaliação, conclui-se que a alimentação escolar é de suma importância na vida dos educandos para garantir maior aproveitamento em sala de aula. Constata-se, portanto, a relevância deste estudo visto que se fundamenta na gestão pública de um programa de educação para jovens de 18 a 29 anos e o quanto a eficiência dessa gestão influi na oferta de uma alimentação adequada como facilitadora na aprendizagem dos jovens e em sua permanência no Programa ao longo dos dezoito meses de curso.

Palavras-chave: administração pública, gestão escolar, aprendizagem, alimentação escolar, Projovem Urbano, desempenho escolar.

ABSTRACT

Educational management, especially of a youth education program as represented by the *ProJovem Urbano*, has as one of its functions to organize the supply of food offered to the various subjects served by the school. Thus, this study focus' consists of demonstrating the importance effective management of the school food and its reflections in the teaching and learning process of the *Projovem Urbano* students who attend the project in the nightshift classes in the schools: Doutor Mário de Oliveira, Instituto de Educação Lourenço Filho, and Heloísa Mourão Marques in the City of Rio Branco – Acre, public school system. It was researched, through a questionnaire and your better understanding of the proposed theme, the point of view of young people and their own perception of the relationship between learning and getting food at school. This work also traces a brief public administration history, its rights and wrongs in the country, the public policy of school feeding, the *Projovem Urbano* program, and his targeted public, and the role of managers of this program. Taking into account the considerations of the young actors on the importance of effective school feeding in the teaching and learning process, its insertions in assessment, it was concluded that school feeding is of paramount importance in the lives of students, since it ensures greater income. There is, therefore, the relevance of this study since it is based on the public administration of a program of education for young people from 18 a 29 years old and how this influences management efficiency in the provision of adequate food as a facilitation in learning of young People and their permanence in the programme over the next 18 months.

KEYWORDS: PUBLIC ADMINISTRATION, SCHOOL MANAGEMENT, LEARNING, SCHOOL FEEDING, PROJOVEM URBANO, SCHOOL PERFORMANCE.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PNAP - Programa Nacional de Formação em Administração Pública

MEC - Ministério da Educação

AC - Acre

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

CGAE - Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição Escolar

UF - Unidades Formativas

ENAP - Escola Nacional de Administração Pública

PNAGE - Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal –

PROMOEX - Programa de Modernização do Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros

EAESP - FGV – Escola de Administração de Empresas de São Paulo

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

PNAEC - Programa Nacional de Alimentação Escolar Creches

PNAEF - Programa Nacional de Alimentação Escolar do Fundamental

PNAEP - Programa Nacional de Alimentação Escolar Pré- escola

PNAEJA - Programa Nacional de Alimentação Escolar de Jovens e Adultos

MAIS EDUCAÇÃO - Programa Nacional de Alimentação Escolar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
1.1	Objetivo geral.....	13
1.2	Objetivo Específico.....	13
1.3	Justificativa.....	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
3	METODOLOGIA.....	22
4	SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE...23	
4.1	A Alimentação Escolar no Município de Rio Branco.....	24
4.2	Qualidade e aceitação da alimentação oferecida pelo Projovem Urbano.....	25
4.3	Planejamento do cardápio.....	26
5	O PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM URBANO E A JUVENTUDE FREQUENTE.....	28
5.1	A juventude do Projovem Urbano.....	29
6	A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA AVALIAÇÃO DOS JOVENS ESTUDANTES DO PROJOVEM URBANO.....	32
7	CONCLUSÕES.....	46
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52
	APÊNDICES.....	55
	ANEXO.....	58

1 INTRODUÇÃO

A elaboração deste trabalho se inspirou na tentativa de descobrir as razões que movem os dirigentes escolares a administrarem questões que parecem se desviar do que poderíamos considerar como pertencentes ao campo da educação e que tomam grande parte de seu tempo, envolvendo tomadas de decisão e conhecimentos que não fizeram parte da formação inicial desses profissionais. Nesta empreitada, surgiu a interrogação sobre a alimentação escolar na escola pública e o quanto isso sobrecarrega a gestão de uma escola pública.

Para tanto, de imediato, percebemos que seria necessário aprofundar nossas leituras sobre alimentação escolar e como se difere tal conceituação do que era denominada "merenda escolar" há algum tempo e ainda hoje na rede privada de ensino. Investimos, então, em conhecer um pouco mais sobre o processo de gestão de escola pública. Refletimos sobre a possibilidade de se investigar *in loco* como ocorre essa administração. Porém, tal objeto de pesquisa nos pareceu bastante complexo, de um lado porque o tempo seria escasso, de outro porque não nos traria respostas, talvez, ao que pretendíamos: o resultado de um processo de gestão pública do ponto de vista dos favorecidos por essa gestão.

Embora o conhecimento sobre a realidade vista de dentro da escola pudesse desvendar elementos fundantes da organização escolar, não menos importantes seriam os dados analisados e investigados a partir de coleta feita com os estudantes que se beneficiam (ou não) dessa gestão. Portanto, a organização e a gestão escolar com foco na alimentação fornecida definiu-se como motivação para discutirmos a administração no contexto do sistema público de ensino.

Assim, ao pensarmos sobre o papel do gestor escolar, função desempenhada na escola, que prevê uma ação com bastante envolvimento nas atividades pedagógicas, que requer que esse administrador público coordene o trabalho geral da escola, sendo conhecedor do processo político que é a gestão escolar, e sendo também o seu executor, reconhecemos que tal tarefa - a de administrar tudo o que envolve o fornecimento da alimentação escolar - extrapola o que inicialmente lhe foi conferido como conhecimento em sua formação inicial na graduação em licenciatura

ou em cursos de pedagogia. Até mesmo nos diversos cursos de especialização *lato sensu* em administração escolar espalhados pelo país, o que nos conduziu na observação desse viés da administração pública.

Concentramo-nos, assim, a partir de uma das tarefas dadas ao gestor público na rede de ensino, nas ideias dos estudantes sobre sua satisfação ou insatisfação da alimentação recebida e o quanto isso nos poderia informar e levar a conhecer sobre os processos de gestão utilizados na condução da administração escolar.

Entre tantas questões sobre a atividade de coordenar o processo de alimentação escolar, começamos a nos interrogar se a administração dessa tarefa estaria proporcionando aos estudantes uma oferta de qualidade ou apenas servindo para cumprimento de obrigação enquanto gestor público. E ainda: há reconhecimento, pelos estudantes, de que o que lhes é ofertado é um direito e não mais um favor? Podemos afirmar que esse reconhecimento tem a ver com o modo como a gestão escolar ocorre? De que forma os estudantes percebem que há relação entre o rendimento escolar e uma boa administração na oferta da alimentação recebida? Como os estudantes avaliam a alimentação escolar? Como a alimentação escolar proporciona a adesão a hábitos saudáveis em termos de nutrição? O quanto a comunidade da escola pública conhece e participa dessa oferta e ajuda na construção de uma gestão democrática?

Tais questionamentos motivaram o projeto de pesquisa, que ora se traduz na importância efetiva da alimentação escolar no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano do Município de Rio Branco/Acre, como requisito do trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP/MEC como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel(a) em Administração Pública, sob orientação do professor Msc Átila Rabelo.

A opção por realizar a pesquisa com estudantes do Projovem Urbano, do qual discutiremos adiante, motivou-se por tratar de um público de jovens maiores de dezoito anos e por abranger um número maior de escolas fazendo parte de uma coordenação geral do Projovem Urbano, mas que insere o diretor da escola também na administração do espaço escolar, já que o programa está sob a administração municipal e o sistema estadual de ensino é parceiro na cessão das escolas. Isso

possibilita que mais jovens possam ser atendidos para concluírem o ensino fundamental.

As leituras feitas demonstraram a permanente inquietação com a repercussão da fome e desnutrição na performance dos estudantes que vem, há muito causando um esforço conjunto do Governo Federal, Estadual e Municipal no desenvolvimento de programas que têm em vista aprimorar a cada dia a gestão da alimentação escolar. Esta oferta, além de considerar que crianças e adolescentes estão em plena fase de desenvolvimento físico, rompe com o paradigma de vozes reacionárias que defenderam, por décadas, a ideia de que a escola não é lugar de comer e sim de aprender. Ora, é sabido que, se as instituições privadas de ensino sempre acrescentaram o lucro das cantinas ao seu orçamento e que os pais em boas condições financeiras fazem questão de preparar lanches saudáveis para os pequenos, tais atitudes corroboram o fato de que crianças e adolescentes necessitam de alguma refeição durante o período em que estão na escola, tempo ampliado, geralmente, pelo seu deslocamento da ida para a instituição de ensino e de volta para casa.

Portanto, a alimentação escolar instituída pela e na escola pública não se trata, meramente, de um programa assistencial de combate à fome e à desnutrição, mas de contemplar estudantes cujas famílias, muitas vezes, não possuem condições de oferecer um lanche ou “merenda” saudável para que possam permanecer na escola o tempo necessário para sua plena aprendizagem. Desta forma, considera-se que:

A merenda na escola pública é afirmativa do melhor rendimento escolar diante daquela que chamamos a "fome do dia". Não se tratando de resolver a condição de desnutrição e conhecendo os efeitos das sensações da fome, tanto sobre a disponibilidade escolar quanto sobre o sentimento de cidadania, caberá à escola oferecer uma merenda nutricionalmente adequada e na forma de uma refeição coletiva[...]. (CECCIM, 1995).

Compreende-se ainda que, por meio do provimento da alimentação, será mais fácil manter o aluno na escola, melhorar sua produtividade, seu desempenho e contribuir para diminuir os grandes níveis de evasão escolar. Temos como certo que poucas pessoas conseguem um nível bom de concentração realizando uma leitura, assistindo a um filme, realizando alguma atividade laboral ou de lazer se estiver

muitas horas sem se alimentar. Para tal ciência, não é preciso consultar relatórios médicos ou nutricionais: sabemos por experiência própria.

E, em relação aos jovens que frequentam o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano em Rio Branco, público do qual trataremos aqui, podemos adiantar que estão na faixa dos dezoito aos vinte e nove anos, em pleno potencial físico e intelectual do ser humano. Muitos trabalham fora de casa desde a adolescência, razão de abandono da vida escolar, em muitos casos; muitas jovens engravidaram ainda nessa fase e retornam aos estudos agora, e uma parcela significativa desses jovens vêm diretamente do trabalho para a escola do Projovem. E mesmo aqueles que vêm direto de casa, ou conseguem tempo de sair do local de trabalho e ir em casa antes de chegar à escola, levam algum tempo nessa jornada, já que a maioria reside na periferia da cidade e nem sempre as escolas, os chamados "núcleos" pelo Programa, se localizam próximos às suas casas. Também devemos refletir sobre o fato de o curso iniciar-se às 18h30min e terminar às 22h de segunda à sexta-feira.

Será, então, a partir do ponto de vista dos jovens pesquisados, que este estudo irá delinear a importância efetiva da alimentação escolar e seus reflexos no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes do Projovem Urbano que frequentam o curso nas turmas que funcionam no turno da noite, nas escolas-núcleos Dr. Mário de Oliveira, Instituto de Educação Lourenço Filho e Heloísa Mourão Marques, da rede pública estadual, localizadas no Município de Rio Branco-AC. Também iremos analisar como os jovens avaliam a qualidade das refeições oferecidas, se o horário em que isto ocorre é o ideal e se têm percepção do valor nutricional dos alimentos ofertados. Estes três aspectos fazem parte, entre outros, da ação de uma gestão eficiente e os dados coletados podem subsidiar a gestão do Projovem Urbano no processo de democratização da escola pública como ponto de partida para uma mudança qualitativa no ensino público. Neste caso, essa "escola pública" se apresenta sob a forma de um projeto inovador cuja proposta fundante é incluir no sistema educacional milhões de jovens que, pelo Brasil afora, não concluíram o Ensino Fundamental.

1.1 Objetivo geral

O presente trabalho tem por proposição o arrolamento da importância da gestão da Coordenação Geral do Programa Nacional de inclusão de Jovens - Projovem Urbano de Rio Branco/Acre na Alimentação Escolar do ponto de vista dos estudantes, inseridos no âmbito da Educação de Jovens e Adultos, para o seu processo de ensino e aprendizagem.

1.2 Objetivos específicos

Considera-se de grande importância saber se os estudantes reconhecem a alimentação oferecida como parte de uma estratégia para alcance das aprendizagens no curso, se o horário estipulado pelos gestores corresponde à necessidade dos jovens, se os jovens identificam essas refeições como nutritivas e de qualidade, além de serem ou não saborosas e bem preparadas, como parte de uma competente gestão escolar do Projovem Urbano.

1.1 Justificativa

A alimentação escolar ofertada aos estudantes do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano de Rio Branco/AC ocorre por meio da execução do Projovem Urbano no Município, com base na legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O PNAE visa suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos estudantes e tem como finalidade contribuir para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL/FNDE, 2015). O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação determina, por meio da Resolução N° 32, 10 de agosto de 2006, Art. 15, § 5º, que as entidades executoras do PNAE devem aplicar teste de aceitabilidade para avaliar a aceitação dos cardápios praticados frequentemente e que o índice de aceitabilidade não poderá ser inferior a 85%.

Com relação ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, este é um programa de âmbito nacional, coordenado pelo Governo Federal e implementado em regime de colaboração com os Municípios, instituído pela Lei nº. 11.692, de 10 de junho de 2008 e Decreto 6.629/2008, que modificaram as diretrizes que instituíram o Projovem em 2005. Em 2008, o Projovem apresentou quatro modalidades: Projovem Adolescente, Projovem Trabalhador, Projovem Urbano e Projovem Campo.

A execução do Projovem Urbano, a partir da edição de 2012, em nível nacional, apresentou mudanças na sua forma de gestão, de acordo com o Decreto 7.649, de 21 de dezembro de 2011. O Programa passou a ser coordenado, na esfera federal, pelo Ministério da Educação, como também, a integrar a política educacional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA em articulação com as políticas de juventudes. O Projovem Urbano tem como meta permitir que jovens entre 18 e 29 anos, que saibam ler e escrever e não tenham concluído o ensino fundamental, sejam reintegrados ao processo educacional, recebam qualificação profissional inicial e tenham acesso a ações de cidadania, esporte, cultura e lazer. Propõe ainda esse Programa a execução de um currículo adequado a responder às demandas da juventude mediante os seguintes aspectos:

- a) Educação e trabalho – nova articulação para um novo contexto.
- b) Qualidade de vida juvenil – sustentabilidade, socioambiental, saúde, esporte e lazer.
- c) Arte e cultura – construção de um processo identitário.
- d) Direitos humanos e valorização da diversidade – contra a violência, por uma vida segura e pela paz.

As aprendizagens acima propostas são viabilizadas por meio de aulas com uma carga horária de 2000 horas e são ministradas em seis Unidades Formativas (UF) e cada unidade corresponde a três meses de curso.

Em Rio Branco, o Projovem Urbano conta para sua execução com o apoio de um Comitê Gestor, constituído por representantes da Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Assistência Social, Coordenação Municipal de Trabalho e Economia Solidária e da Coordenação Municipal de Juventude.

A gestão local do Projovem Urbano apresenta-se com a seguinte estrutura: uma coordenação geral composta por uma coordenadora geral; uma assistente

administrativa e uma assistente pedagógica, responsáveis, nesta edição de 2014/2015 do Projovem Urbano, por três núcleos instalados em escolas públicas estaduais, a saber: Escola Dr. Mário de Oliveira, Escola Heloísa Mourão Marques e Instituto de Educação Lourenço Filho.

Os Núcleos (Escolas) funcionam em horário noturno, das 18h30min às 22 h, de segunda à sexta-feira, e apresentam a seguinte estrutura: 05 (cinco) turmas com cerca de 25 a 30 estudantes cada, com 05 (cinco) educadores de Educação Básica (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Sociais e Língua Inglesa), 01 (um) educador de Participação Cidadã, 01 (um) Qualificador. Como os núcleos funcionam em escolas da rede estadual de ensino, há uma parceria entre governo estadual e municipal, e os diretores destas unidades tornam-se cogestores do Projovem Urbano, embora a verba da alimentação e aquela relativa à remuneração dos funcionários contratados para o preparo das refeições sejam de responsabilidade do governo municipal, por meio de transferência automática de recursos financeiros para o desenvolvimento de ações do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano pelo governo federal.

De acordo com a Resolução CD/FNDE nº 60, de 09 de novembro de 2011, cabe ao ente executor do Programa - o governo municipal de Rio Branco - por meio dos gestores, garantir o fornecimento de lanche ou refeição, de qualidade compatível com a exigida no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tanto para os jovens matriculados e frequentes no Projovem Urbano, quanto para os filhos desses estudantes, por sua vez atendidos em salas de acolhimento por terem até oito anos de idade. Essas salas foram incluídas no Projovem Urbano a partir de uma demanda dos jovens, pois o fato de muitas jovens mães (e pais) não terem quem tomasse conta de seus filhos à noite provocava infrequência às aulas, causando a evasão. Assim, a Sala de Acolhimento correspondeu a uma estratégia de permanência com aprendizagem no Programa.

Desta forma, interessa-nos conhecer a avaliação dos jovens sobre a alimentação que recebem durante o curso, bem como de seus filhos, para garantir a qualidade do preparo e da oferta dessa alimentação na escola pública, tendo em vista que a ação competente do gestor escolar é a de assumir um sentido de responsabilidade política, mediante sensibilidade e bom-senso, que lhe permita discernir a relevância e a amplitude da repercussão da tomada de decisão para a

escola como uma coletividade, para a qualidade de seu processo educacional e para o sentido de autonomia e desenvolvimento da comunidade escolar (LÜCK,2013).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Administração Pública no Brasil pode ser estudada a partir das mudanças evidenciadas na burocracia moderna, como bem define Weber (1864 - 1920), sociólogo alemão, para quem a cada tipo de poder correspondem tipos de sociedades e tipos de autoridade. A partir das reformas ocorridas com o fim do período de governo militar, são percebidos avanços e inovações que necessariamente estiveram e estão aliados à modernização, porém podem ter ocasionado resultados distintos e/ou fragmentados para o Estado.

Se nos reportamos aos últimos vinte anos, verificamos o desmonte das ideias autoritárias do modelo nacional desenvolvimentista. Esse processo de reforma atacou os "erros históricos da administração pública brasileira, muitos deles aguçados pelos militares, e encontrar soluções que dessem conta novo momento histórico, que exigia um *aggiornamento* da gestão pública" (Abrucio, 2006).

Desse modo, no empenho de redemocratizar o Estado, os sujeitos políticos priorizaram esforços na tentativa de corrigir as falhas militares, dando menos importância ao fato de que seria preciso reconstruir um Estado suficientemente preparado para problemas futuros. Assim, Abrucio (2006) considera que:

De fato, o regime autoritário foi pródigo em potencializar problemas históricos da administração pública brasileira, como o descontrole financeiro, a falta de responsabilização dos governantes e burocratas perante a sociedade, a politização indevida da burocracia nos estados e municípios, além da fragmentação excessiva das empresas públicas, com a perda de foco de atuação governamental.

Ao final dos anos 1980, verificamos algumas reformas nas finanças públicas no governo de José Sarney que favoreceram o reordenamento das contas públicas e a Constituição de 1988, com o objetivo de refutar a herança do regime militar, trouxe mudanças pertinentes à administração pública. Abrucio (2006) destaca três conjuntos significativos de mudanças, dentre outras:

- a democratização do Estado, que foi favorecida com o fortalecimento do controle externo da administração pública, com destaque, entre outras mudanças, para o novo papel conferido ao Ministério Público (MP). Neste aspecto está, também, o reforço dos princípios da legalidade e da publicidade;
- a descentralização foi outra demanda construída nos anos de luta contra o autoritarismo e que ganhou enorme relevância na Constituição de 1988. Após 20 anos de centralismo político, financeiro e administrativo, o processo descentralizador abriu oportunidades para maior participação cidadã e para inovações no campo da gestão pública, levando em conta a realidade e as potencialidades locais.

- Impulsionadas por esta mudança, várias políticas públicas foram reinventadas e disseminadas pelo país;
- propôs-se, ainda, completar a chamada reforma do serviço civil, por meio da profissionalização da burocracia. Nesta linha, houve ações importantes, como o princípio da seleção meritocrática e universal, consubstanciada pelo concurso público.

Observamos que, em 1986, já havia sido criada a Escola Nacional de Administração Pública - Enap, como medida adjuvante para capacitar executivos dos setores mais importantes na escala da burocracia. Ou seja, as mudanças de 1988 e a capacitação de burocratas foram relevantes medidas para melhoria da administração pública brasileira.

Abrucio (2006) nos chama a atenção, porém, para o fato de que "o sentido de cada uma delas não se concretizou completamente por conta de uma série de problemas." Em relação à redemocratização do Estado, os tribunais de contas, particularmente os subnacionais, cumpriram seu papel com pouca eficácia no controle dos governantes, muitas vezes ligados a eles de modo patrimonialista, pois a Constituição criou formas de escolha dos Conselheiros de modo a consentir grande intervenção do Executivo neste processo (Arantes *et al.*, 2005).

Na concepção da descentralização, de acordo com Abrucio (2006) ocorreram mais impedimentos que dificultaram sua efetividade e sentido. Para o autor:

- com a multiplicação exagerada dos municípios, poucos incentivos à cooperação intergovernamental foram estabelecidos, a questão metropolitana foi ignorada pela Constituição, além de o patrimonialismo local ter sobrevivido em boa parte do país;
- foi criado um federalismo compartimentalizado (Abrucio, 2005b), em que há mais uma atuação autarquizada dos níveis de governo do que o estabelecimento de laços entre eles;
- como a descentralização em um país tão desigual como o Brasil depende da articulação entre os entes federativos, a compartimentalização afeta diretamente (e de forma negativa) os resultados das políticas públicas.

Questões como o corporativismo estatal, falsas isonomias para os funcionários públicos, legislações, parâmetros de previdência pública e a crise fiscal do Estado mostraram à população, na década de 1990, que a Constituição de 1988 não tinha resolvido uma série de problemas da administração pública brasileira (Abrucio, 2006).

No governo, ou melhor, no desgoverno de Fernando Collor, temos o desmantelamento de várias políticas públicas e redução de diversos setores e serviços estatais com a figura do funcionário público como o grande responsável

pelos imbróglios nacionais, num período considerado como o de maior corrupção até então no país.

O governo de Itamar Franco não primou por atitude reformista, embora tenha elaborado trabalhos essenciais sobre a situação da administração pública do Brasil.

No governo de Fernando Henrique Cardoso deu-se a criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado - Mare, comandado pelo ministro Bresser-Pereira, cuja ideia de reorganização administrativa do governo federal deu destaque à qualidade das informações da administração pública e o fortalecimento das carreiras de Estado (Abrucio, 2006). Concursos públicos foram realizados e a Enap sofreu uma revitalização. Bresser ainda foi responsável pelas Emendas nº 19 e nº20 na reforma constitucional que garantiram patamares de gastos com funcionários públicos e trouxeram alterações no Regime Jurídico Único.

Essas medidas e outras de ordem jurídica e legislativa foram oportunizadas pelo Ministro à sua defesa sobre novas formas de gestão para melhoria do setor público. O projeto do plano diretor foi o parâmetro criado por ele para direcionar as mudanças, e que, segundo Abrucio (2006) "para dar um sentido de agenda às ações, ultrapassando a manifestação normalmente fragmentadora das boas iniciativas de gestão".

Além disso, o Ministro Bresser trouxe a proposta de uma administração pública orientada por resultados ou gerencial que provocou um "choque cultural", pois os conceitos contidos e defendidos por esta prática influenciaram gestores públicos e concorreram para diversas inovações governamentais nos últimos anos.

E ainda, a reforma Bresser aderiu à ideia de um espaço público não estatal, cujo espírito se concretiza hoje nas parcerias público-privadas (PPPs). Porém, suas ideias foram alvo de resistência no plano federal durante sua gestão em face ao que passamos na era Collor, com o já citado desmantelamento do Estado e o setor público desacreditado. Reagiu-se a uma reforma de Estado que seguisse os descaminhos neoliberais de Collor, considerando-se que não havia experiências democráticas nesse âmbito no país, com base em discussões, participação e negociação em processos decisórios menos concentrador (Abrucio, 2006). Para o referido autor:

Trata-se da prevalência da equipe econômica e de seu pensamento na lógica do governo Fernando Henrique. Obviamente que o sucesso inicial da

estabilização monetária possibilitou um avanço na discussão reformista, afora ter incluído demandas importantes de transformação do Estado, como a agenda previdenciária. Ademais, não havia uma incompatibilidade natural entre o ajuste fiscal e o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. O que houve, contudo, foi uma subordinação do segundo tópico em relação ao primeiro. Isso ficou bem claro na discussão da Emenda Constitucional no 19, na qual o aspecto financeiro sobrepujou o gerencial.

A visão economicista estreita da equipe econômica barrou várias inovações institucionais, como a maior autonomia às agências, dado que havia o medo de perder o controle sobre as despesas dos órgãos.

Além disso, consideramos que a reforma da gestão pública pressupõe modernização administrativa, avaliação constante e conscientização da sociedade. Mas, o segundo governo de Fernando Henrique, mesmo que tenha seguido algumas inovações de Bresser, se caracterizou no empobrecimento da gestão pública, haja vista a extinção do Mare, criado no primeiro governo.

Os avanços, como a questão do planejamento, com o plano plurianual -PPA, ocorreram, mas sempre direcionados à área orçamentária. E, sem uma estratégia de gestão pública no plano federal, os estados e municípios se organizaram no sentido de promover mais investimentos nas políticas públicas, com ações mais ágeis, maior participação social e o aumento dos centros de atendimento integrado nos estados, revolucionando a administração pública contemporânea. O que se pode equiparar, em nível federal e estadual, ao governo eletrônico, que provocou maior interação com os cidadãos.

O primeiro governo de Luís Inácio da Silva - Lula seguiu algumas das experiências no campo da modernização do Estado brasileiro, "particularmente no reforço de algumas carreiras, no campo do governo eletrônico e na nova moldagem que deu à Controladoria Geral da União, hoje um importante instrumento no combate à ineficiência e à corrupção. Além disso, aproveitou sua inspiração na democracia participativa para discutir mais e melhor o PPA com a sociedade, em várias partes do Brasil, realizando um avanço no campo do planejamento" (Abrucio, 2006).

As inovações trazidas pelo governo Lula garantiram a eficácia de alguns dos mecanismos mais sérios de controle da corrupção. As ações da Polícia Federal e, principalmente, o trabalho da Controladoria Geral da União são inegáveis avanços da gestão petista que devem ser definitivamente incorporados pelo Estado brasileiro (Abrucio, 2006). Na gestão pública, a criação de programas como o Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do

Distrito Federal - Pnage e o Programa de Modernização do Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros - Promoex contribuíram para modernizar a administração pública.

Um bom exemplo de gestão se verificou no trabalho do Ministério do Desenvolvimento Social que aliou um corpo competente de técnicos e uma estratégia de monitoramento bem formulada. Para Ribeiro, Pereira e Benedicto (2013):

A proposta do governo Lula de fazer com que as práticas de administração societal transcendessem a esfera local atingindo uma esfera mais ampliada de governo, não foi realizada (PAES DE PAULA, 2005a). Lula nos dois mandatos de 2003 a 2010 continuou reproduzindo as práticas gerencialistas da reforma de 1995. No entanto, agregou em seus projetos maior ênfase a programas sociais e inclusão social (KLERING, PORSSE; GUADAGNIN, 2010). A maioria dos projetos não apresentava uma integração da administração com a política, pois, houve uma influência maior das práticas gerenciais. Os projetos pareciam estar na contramão, pois, a população não participava decidindo o seu destino, as decisões eram realizadas por uma gestão tecnocrata que muitas vezes não conhecia as demandas populares. As experiências bem sucedidas que envolvia a participação social foram fragmentadas.

Gustavo Fernandes, professor do Departamento de Gestão Pública da EAESP - FGV, declarou, em entrevista à BBC Brasil, em 18 de abril de 2016, que o país não avançou "uma vírgula" nessas questões institucionais sob o governo Dilma. E também que: "para ser sincero e justo, eu não vejo também em nenhum programa dos partidos de oposição no nível federal grandes avanços nesse sentido." O professor retrata que planejamento e transparência teriam que ser maiores na administração pública.

Segundo Ribeiro, Pereira e Benedicto (2013) existe, assim, um grande desafio político e administrativo pela frente. Para Fleury (2001), a inovação da cultura política e do modo de gerir o interesse público deve fazer parte do processo da reforma administrativa. É preciso reforçar a democracia e, ao mesmo tempo, elevar a eficiência da administração pública.

Abrucio (2006) defende que a renovação da agenda reformista passa pela definição de quais são as questões centrais para a modernização do Estado brasileiro. Nesta linha de raciocínio, propõe quatro eixos estratégicos: profissionalização, eficiência, efetividade e transparência/*accountability*.

3 METODOLOGIA

O procedimento geral norteador do presente trabalho de investigação é o método dedutivo, cuja primeira etapa, consoante registram Lakatos e Marconi (2003, p. 91-94), tem o propósito de explicar o conteúdo de cada uma das proposições que servem de base à conclusão. Assim, por se encontrar a pesquisa voltada para a área educacional, nos remete ao emprego de uma abordagem qualitativa.

Essa forma de abordagem (qualitativa) torna-se fundamental no âmbito educacional, como é o caso desta pesquisa, tendo em vista que os dados coletados nas escolas e instituições que desenvolvem processos informativos, a coleta passa a ser realizada com a finalidade de que os fatos e os acontecimentos possam ser descritos e depois interpretados, considerando-se que, para esse caso será utilizado estudo de caso (CORTELLAZZO; ROMANOWSKI, 2006).

A população-alvo da pesquisa foram os estudantes frequentes às aulas do Projovem Urbano, e deveria contemplar, desse modo, todos os 400 alunos distribuídos nos três Núcleos/Escolas. O tipo de amostragem da pesquisa apresenta-se como probabilística, em que a população-alvo compreendeu 122 alunos das três escolas onde funcionam o Programa, no qual se aplicou em média 45 questionários por Núcleo, os quais corresponderam a 30,5% da população geral de alunos.

Para a análise dos dados obtidos mediante a aplicação dos questionários, após a tabulação, foram realizadas as análises interpretativas. Segundo Cortellazzo e Romanowski, “A interpretação dos dados implica operações de reflexão para que se possa comparar dados e classificá-los, percebendo-se o entendimento de semelhanças, diferenças, contradições e significados” (CORTELLAZZO E ROMANOWSKI, 2006, p.52). Por isso, preocupamo-nos em analisar todas as informações coletadas pelo questionário aplicado ao universo dos 122 jovens frequentes à época no Projovem Urbano, registrando e correlacionando os registros das questões sem manipulação, estando o questionário utilizado na pesquisa inserido no Apêndice do estudo.

4 SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE é um programa do Ministério da Educação gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. É considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar do mundo. Atende, de forma gratuita, a todos os estudantes matriculados na educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) das escolas públicas, escolas comunitárias e escolas filantrópicas do País, tendo por base a perspectiva do direito humano à alimentação (MEC/FNDE, 2009).

De acordo com o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE (2009), esse Programa é uma política pública que objetiva contribuir para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis de crianças, adolescentes e jovens brasileiros, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

O PNAE é um programa que surgiu na década de 1950 (BRASIL, 2012) e foi se modificando conforme a discussão da sociedade em torno de uma alimentação saudável evoluiu. A última mudança do Programa advém da Lei nº 11.947/2009, de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos estudantes da educação básica. Esta lei altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994, e traz outras providências. Suas diretrizes são:

- emprego de alimentação saudável e adequada que respeite a cultura e a tradição;
- inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem;
- universalidade do atendimento aos estudantes matriculados na rede pública de educação básica;
- participação da comunidade no controle social;

- direito à alimentação escolar, para garantir a segurança alimentar e nutricional dos estudantes;
- apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivo para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, em âmbito local.

4.1 A Alimentação Escolar no Município de Rio Branco

A Secretaria de Educação do Município de Rio Branco vem assegurando aos seus educandos o fornecimento de uma alimentação mais rica, sadia, nutritiva e de qualidade, colaborando, assim, para a sua formação social e cognitiva. Incluem-se nesse grupo os estudantes da Educação de Jovens e Adultos - EJA e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano, que se situa no âmbito da EJA. Atendendo às diretrizes do PNAE, todos os estudantes da rede pública de ensino municipal devem receber uma alimentação saudável, de acordo com a faixa etária de cada grupo, já que as necessidades alimentares mudam em cada fase da vida humana. Logo,

Uma alimentação saudável e equilibrada deve conter diversos nutrientes: carboidratos, proteínas, lipídeos (gorduras), água, vitaminas, minerais e fibras. Os nutrientes são divididos de acordo com suas funções em nosso organismo. (Manual de orientação para os conselheiros e agentes envolvidos na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – 2009).

A Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição Escolar - CGAE é o órgão responsável pela execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar, que tem como objetivo final proporcionar aos estudantes da rede pública municipal de ensino alimentação saudável e de qualidade, obedecendo às diretrizes nutricionais do FNDE – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação.

A CGAE realiza aquisições e distribuições dos gêneros alimentícios durante o ano letivo de acordo com as diferenças regionais com base na população-alvo e nos indicadores qualitativo e quantitativo de aceitabilidade, planejando criteriosamente cardápios nutricionalmente balanceados a serem preparados e servidos aos estudantes da rede municipal e capacita as merendeiras para execução dos cardápios com ênfase nos aspectos de nutrição, higiene e de alimentação saudável, formando multiplicadores em educação alimentar.

O Município de Rio Branco, no Estado do Acre, por meio da Secretaria de Educação, é o responsável por garantir a estrutura da Coordenação Geral de Alimentação e atendimento da oferta da alimentação escolar das crianças das creches, pré-escola, ensino fundamental, educação de jovens e adultos dos riobranquenses matriculados nestas modalidades.

4.2 Qualidade e aceitação da alimentação oferecida pelo Projovem Urbano

Tem-se observado ao longo dos anos que a oferta alimentar passou de “merenda” para a garantia da oferta de Alimentos Saudáveis. O atendimento a esta exigência, vem se tornando o principal instrumento para que se consiga cada vez mais a manutenção da qualidade atual atingida.

Podemos dizer que a qualidade de uma alimentação é definida por sua composição. A alimentação precisa contar com alimentos dos diversos grupos relacionados à pirâmide alimentar e, ainda, com condições adequadas de conservação. A maneira como conservamos os alimentos ou as refeições determina a qualidade do produto final. Alimentos que são mal conservados, quando consumidos, podem causar danos à saúde de quem os consome. Os danos não são apenas à saúde, mas, também, ao desempenho na aprendizagem do aluno. Além disso, a má qualidade da alimentação pode diminuir a frequência nas aulas por parte dos estudantes. (Manual de orientação para os conselheiros e agentes envolvidos na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – 2009).

Somente ofertar os alimentos aos estudantes sem demonstrar o quanto é fundamental o valor nutritivo das refeições ou mesmo conhecer sua avaliação sobre o que lhes é ofertado, podem parecer atitudes de uma gestão autoritária e não democrática e participativa. Percebe-se que o envolvimento dos preparadores contratados para elaboração da comida, a aparência desta e sua qualidade e sabor são aspectos que sempre se pode melhorar para estimular os estudantes a fazerem uma boa refeição:

O controle de qualidade dos alimentos é uma forma de garantir a qualidade da alimentação escolar e de fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros. Quando realizado de forma adequada, pode prevenir danos à saúde e evitar qualquer consumo impróprio.

Conhecer os alimentos é uma maneira de contribuir para o controle de qualidade, pois qualquer modificação em suas características como mudança de cor, cheiro, sabor, entre outras, poderão ser identificadas facilmente. (Manual de orientação para os conselheiros e agentes envolvidos na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – 2009).

Assim, a reflexão dos estudantes do Projovem Urbano sobre a alimentação que recebem faz parte das exigências democráticas para a aplicação das verbas públicas. Pois, em termos de administração e gestão escolar, a implementação de políticas públicas específicas na Educação do país trouxe aos gestores escolares novos desafios a serem transpostos na direção das unidades escolares das redes federal, estadual e municipal de ensino com o objetivo de melhorias no atendimento ao estudante e na promoção da equidade, quiçá sigam os quatro eixos, com profissionalização, eficiência, efetividade e transparência/*accountability*.

4.3 Planejamento do cardápio

Os cardápios oferecidos pela Coordenação Geral de Alimentação Escolar são elaborados com antecedência de três meses antes do início do ano letivo. Os pontos técnicos que são considerados para a elaboração são: hábitos alimentares, cultura alimentar da região em incentivo a produção agrícola local, gêneros alimentícios básicos, necessidades nutricionais da clientela atendida, Leis da Nutrição e custo. São elaborados por nutricionistas da Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição Escolar, cujos itens utilizados e prioritários são os produtos básicos como arroz, feijão, frango, carne bovina, hortifrutigranjeiros, ovos, macarrão e outros, numa evolução sistemática que vem ocorrendo nos últimos 06 anos, quando bolacha, pães e bolos eram a base da Merenda Escolar.

Para construção do cardápio, é seguido, a saber: hábito alimentar da criança, adolescente e jovem; aceitabilidade do cardápio; valor da composição nutricional do cardápio; produção local de hortifrutigranjeiros e grãos; incentivo das indústrias de alimentos da região; custo *per capita* das preparações e/ou alimentos; logística de abastecimento nas escolas. Além disso, procura-se incentivar ao máximo a oferta de alimentação mais saudável quanto possível.

A Entidade Executora não pode gastar os recursos do programa com qualquer tipo de gênero alimentício. Deverá adquirir os alimentos definidos nos cardápios do programa de alimentação escolar, que são de responsabilidade da Entidade Executora, elaborados por nutricionistas capacitados, com a participação do CAE e respeitando os hábitos alimentares de cada localidade, sua vocação agrícola e preferência por produtos básicos, dando prioridade, dentre esses, aos semielaborados e aos *in natura*. (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2005, p. 30)

Os cardápios são elaborados visando atender ao período letivo vigente no ano (200 dias letivos). No caso do Projovem Urbano, às horas letivas, visto o Programa acontecer em 18 meses a cada edição. Os alimentos contidos no cardápio são quantificados, levando-se em consideração o total de estudantes e a prática da tabela de *per capita* adotada pelo município de Rio Branco.

Hoje, dos programas que o Governo Federal adota na Educação, o município de Rio Branco executa 100%, sendo eles PNAEC, PNAEF, PNAEP, PNAEJA, MAIS EDUCAÇÃO, PROJOVEM URBANO e correspondendo a cerca de 24.695 (vinte e quatro mil seiscentos e noventa e cinco) estudantes.

A *per capita* é diferenciada de acordo com o tipo de Programa, considerando-se também algumas dificuldades na elaboração dos cardápios quanto à disponibilidade no mercado local de frutas (em relação à quantidade e qualidade), peixe e outros, bem como em época de enchentes.

Destacam-se aqui, alguns dos pontos importantes a serem considerados para execução dos cardápios: mensais, com preparações variadas e boa apresentação; uso de verduras e legumes da época e da região; gêneros de boa qualidade, com aporte calórico e proteico diariamente; inclusão de novos alimentos ou nova forma de apresentação durante o período letivo; exclusão dos alimentos por não aceitabilidade a valores igual ou maior que (85%).

5 O PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS- PROJovem URBANO E A JUVENTUDE FREQUENTE

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem - foi criado em 2005, sob a coordenação da Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria Geral da Presidência da República, em parceria com o Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A partir de 2011 passou para o Ministério da Educação, sob a coordenação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão- SECADI. Em 2012, com a criação da Diretoria de Políticas de Educação para a Juventude -DPEJUV, ficou a cargo desta diretoria pertencente à SECADI/MEC.

Em Rio Branco, as ações do Projovem tiveram início em agosto de 2005 com a abertura das inscrições, com a constituição do Comitê Gestor, formado por representantes das Secretarias de Educação, de Assistência Social e das Coordenadorias da Juventude e do Trabalho e Economia Solidária, e a nomeação da equipe de Coordenadoras, todos atuando de forma intersetorial no âmbito municipal.

O Projovem Urbano, assim denominado desde 2008, é um programa educativo que integra o Ensino Fundamental – com o objetivo de propiciar elevação da escolaridade –, a Educação Profissional – com ênfase no trabalho como princípio educativo – e a Participação Social e Cidadã – como uma das vias de fortalecimento e participação dos jovens em ações coletivas e de interesse público. Trata-se de um Programa de caráter nacional implantado pelo governo federal em parceria com estados e municípios.

A proposta do Projovem Urbano pressupõe a formação de jovens cidadãos, protagonistas da sua nova trajetória escolar. Prevê, dessa forma, o reposicionamento dos jovens – cidadãos de direito – diante das dinâmicas de inclusão e exclusão, presentes no cotidiano da juventude, que se referem às questões de ocupação do espaço urbano, ao processo de organização e iniciação ao mundo do trabalho, às repercussões da ciência e tecnologia na vida do jovem e ao acesso às novas tecnologias, principalmente aquelas relacionadas à informação e à comunicação e, ainda, às diferenças socioculturais que segmentam a juventude brasileira, como também às desigualdades e diferenças intra e intergeracionais.

A partir da entrada prevista para 2011, adaptações foram implantadas conforme determinado pelas novas diretrizes do MEC. Assim, a nova organização curricular propõe a realização do curso em 18 meses, como uma das estratégias que favorecerão a permanência dos estudantes até o momento de sua certificação, garantindo-se a qualidade do processo de aprendizagem no tratamento de todos os conteúdos curriculares previstos de trabalho. O público-alvo, desde 2008, passou a ser de jovens de 18 a 29 anos, contemplando as novas percepções de juventude como categoria social.

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - ProJovem é inovador em vários aspectos, permitindo ao município promover uma ação de política pública para a juventude local, pois, aos estudantes, devidamente matriculados, é concedido um auxílio financeiro mensal, durante dezoito meses, no valor de R\$ 100,00. O recebimento desse auxílio condiciona-se à frequência e à entrega dos trabalhos escolares. Assim, o aluno tem como responsabilidades o comparecimento às aulas durante todo o mês, efetuar pelo menos 75% das atividades presenciais, em cada unidade formativa, e entregar 75% dos trabalhos escolares previstos como não presenciais. E, ao tratar a inclusão social no contexto do desenvolvimento humano e dos direitos de cidadania, o ProJovem em Rio Branco busca o reconhecimento do/da jovem como sujeito de direitos; valoriza suas expressões culturais, seus saberes, suas emoções, sensibilidades, sociabilidades, ações éticas e estéticas; compreendendo a juventude na perspectiva de geração, com suas vulnerabilidades e desenvolvendo suas potencialidades.

5.1 A juventude do Projovem Urbano

A concepção do Programa tem como foco a inclusão social de jovens que sofrem consequências de um processo de exclusão dos bens sociais, entre os quais a educação formal e o trabalho. A elevação do nível de escolaridade desses jovens, sua qualificação inicial para o trabalho e a oportunidade de decidir formas de participação cidadã visam a promover sua inclusão, social e cultural. Para alcançar esse objetivo, organizou-se um currículo com base na integração de todos os

componentes - Ensino Fundamental, Qualificação Profissional e Participação Cidadã.

Por se tratar de um Programa complexo, apresenta desafios que devem ser enfrentados pelos gestores municipais e as instâncias que trabalham de forma articulada, como os gestores das escolas que abrigam o Projovem em Rio Branco. Entre os desafios do ProJovem Urbano, merece destaque a permanência, com aprendizagem, dos estudantes durante os dezoito meses do curso. Para compreender este desafio, é fundamental acrescentar que, na perspectiva do Projovem Urbano:

[...] a juventude, com sua diversidade, é vista como fase singular da vida, que pressupõe o reconhecimento de direitos e deveres específicos. Portanto, o jovem já é um cidadão e sua vida escolar, sua preparação para o trabalho, bem como engajamento social são entendidos como exercício da cidadania.

Assim, fica superada a concepção da sociedade ocidental moderna, que considera a etapa da juventude como um tempo de "moratória social", de passagem entre a infância e o mundo adulto e, portanto, de preparação para a inserção no mercado de trabalho e para a constituição de nova família. (BRASIL, 2012).

Logo, os/as jovens que retomam seus estudos nos núcleos do Projovem Urbano, são cidadãos que trazem toda uma história de vida construída socialmente. Não se pode questioná-los sobre a alimentação que recebem no ambiente escolar sem caracterizá-los em função dos conceitos discutidos por Freitas (2005): o juvenil e o cotidiano. Para a autora,

O juvenil nos remete ao processo psicossocial de construção da identidade e o cotidiano, ao contexto de relações e práticas sociais nas quais o mencionado processo se realiza, com fundamentos em fatores ecológicos, culturais e socioeconômicos. A potência desta ótica reside substancialmente em ampliar a visão sobre o ator, incorporando a variável sociocultural à demográfica, psicológica ou a categorizações estruturais que correspondem às que tradicionalmente têm-se utilizado para sua definição. Então o que inclui é a variável vida cotidiana que define a vivência e experiência do período juvenil (FREITAS, 2005).

Ao olhar a juventude participante do Projovem sob essa perspectiva, permitimo-nos elaborar as questões a que responderam, buscando informações que nos remeteram a reconhecer a faixa etária exata, o sexo, se tinham ou não filhos e, se sim, se mais meninos ou mais meninas, a porcentagem de jovens que trabalham e vêm direto do trabalho, dos que vêm de casa ou não. Verificamos que essa heterogeneidade demonstrada pelas variadas realidades cotidianas nas quais se

apresentam os jovens pesquisados vem ao encontro do que Freitas (2005) discorre sobre o período juvenil, ao afirmar que nesse período se encontram vigentes as "necessidades humanas básicas e outras específicas" e que, portanto, deve ser motivo de reconhecimento tanto a realidade presente dos jovens como sua condição de sujeitos em preparação para o futuro". Para a autora,

Isto supõe a possibilidade de observar a juventude como uma etapa da vida que tem suas próprias oportunidades e limitações, entendendo-a não somente como um período de moratória e preparação para a vida adulta e o desempenho de papéis pré-determinados, (...). Feitas estas considerações, podemos assinalar que o processo de construção de identidade se configura como um dos elementos característicos e nucleares do período juvenil. O referido processo se associa a condicionantes individuais, familiares, sociais, culturais e históricos determinadas. Por outro lado, é um processo complexo que se constata em diversos níveis simultaneamente. Distinguiu-se a preocupação por identificar-se a um nível pessoal, geracional e social. Ocorre um reconhecimento de si mesmo, observando-se e identificando características próprias (identidade individual); este processo traz consigo as identificações de gênero e papéis sexuais associados. Além disto, busca-se o reconhecimento de um si mesmo nos outros que sejam significativos ou que se percebem com características que se desejaria possuir e que estejam na mesma etapa de vida. Isto constitui a identidade geracional (FREITAS, 2005).

Caracteriza-se, em parte, a juventude que se apresenta estudando no Projovem Urbano, desde a diversidade da faixa geracional em que se encontram estes jovens e dos contextos socioculturais em que vivem e participam, o que pode agregar diferentes sentidos e sensações em cada questionário respondido, já que um jovem criado na zona rural e vindo estudar na cidade irá significar de forma diversa de um jovem criado na cidade a alimentação, os sabores, os cardápios oferecidos na mesma escola.

6 A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA AVALIAÇÃO DOS JOVENS ESTUDANTES DO PROJOVEM URBANO

Para analisarmos a importância efetiva da alimentação escolar e seus reflexos no processo de ensino e aprendizagem a partir do ponto de vista dos jovens pesquisados, foi aplicado um questionário (APÊNDICE) aos estudantes do Projovem Urbano que frequentam o curso nas turmas que funcionam no turno da noite, nas escolas-núcleos Dr. Mário de Oliveira, Instituto de Educação Lourenço Filho e Heloísa Mourão Marques. Como a frequência é bem rotativa, apenas 122 estudantes encontravam-se em sala de aula no dia da aplicação do instrumento de coleta de dados.

Seguem aqui as respostas tabuladas e sua respectiva análise.

A. Identificação

01. Idade

O número de respondentes foi de 122, sendo assim identificados por idade:

A. IDENTIFICAÇÃO		
01. Idade		
Especificação da informação	Absoluto	%
18 a 22 anos	44	36%
22 a 26 anos	26	21%
26 a 30 anos	38	31%
Acima de 30 anos	12	10%
Não informou	2	2%
Total	122	100%

Fonte: Elaboração própria com os dados da pesquisa de campo, realizada em maio/2016.

Em relação à faixa etária, verifica-se que uma parcela significativa, 31%, retorna à escola após os vinte e cinco anos de idade, o que muitas vezes corresponde a terem passado mais de dez anos sem estudar. E um número grande de jovens, cerca de 36%, estão na faixa dos 18 aos 22 anos de idade, o que pode representar menos tempo fora do sistema escolar.

02. Por sexo

02. Sexo		
Especificação da informação	Absoluto	%
a) Masculino	74	61%
b) Feminino	48	39%
Não informou	0	0%
Total	122	100%

Fonte: Elaboração própria com os dados da pesquisa de campo, realizada em maio/2016.

Quanto ao sexo dos estudantes frequentes, essas turmas matriculadas em 2015 contradizem o que acontece em nível nacional no Programa quando, em 2012, onde uma pesquisa apontou que 62,8% dos estudantes eram do sexo feminino (BRASIL, 2012). Em Rio Branco, essa porcentagem é de apenas 39% contra 61% do público masculino. Porém, esse dado pode estar condicionado à frequência do dia.

B. Dados escolares

Os dados escolares foram de auxílio para verificarmos a quantidade de jovens com filhos menores de 8 anos de idade que frequentam as Salas de Acolhimento nos núcleos, mas não foram suficientes para confirmar o número de jovens que têm filhos, apenas delineou-se os que precisam levar seus filhos consigo para poderem estudar. Isto confirma a importância da sala de Acolhimento como política de juventude, demandada pelos estudantes do Projovem Urbano em todo o país para a continuidade do percurso escolar dos jovens pais e que também produziu mais organização da gestão do Programa, seja na questão do espaço para os pequenos, na alimentação destes, no material específico da sala, na contratação de educadores.

01. Filhos acolhidos no núcleo

B. DADOS ESCOLARES		
01. Filhos sendo acolhidos no Núcleo:		
Especificação da informação	Absoluto	%
a) alunos com filhos acolhidos	23	19%
b) alunos sem filhos acolhidos	90	74%
Não informou	9	7%

Total	122	100%
--------------	------------	-------------

Fonte: Elaboração própria com os dados da pesquisa de campo, realizada em maio/2016.

Desse universo de 122 estudantes, 23 jovens necessitam levar os filhos junto a si para estudar no Projovem, correspondente a 19% dos estudantes, tendo 9 não respondido ou não informado.

01.1 SIM

a) Número de filhos

01.1) Se respondeu SIM, escreva se são 1, 2 ou 3 filhos, a idade e o sexo:		
a) alunos/nº filhos		
Especificação da informação	Absoluto	%
a) alunos com 01 filho	18	15%
b) alunos com 02 filhos	1	1%
c) alunos com 03 filhos	1	1%
d) alunos com mais de 03 filhos	0	0%
Não informou	102	84%
Total	122	100,0

Fonte: Elaboração própria com os dados da pesquisa de campo, realizada em maio/2016.

Verificamos que os percentuais caem à medida que aumenta o número de filhos atendidos. E que apenas 18 jovens que estudam têm 1 filho. Com 2 e 3 filhos correspondem a 1% dos estudantes, respectivamente. A dificuldade da análise desse dado encontra-se no fato de 102 jovens não terem informado, não marcando nenhuma das opções, o que pode significar que há discrepância entre a questão anterior, em que 23 alegaram levar os filhos para a escola do Projovem. Na questão acima, temos apenas 20. Podemos pensar em ter a falta da resposta de 3 estudantes que responderam SIM anteriormente.

b) Faixa etária dos filhos

b) alunos/com filhos na faixa etária de:		
Especificação da informação	Absoluto	%
a) 0 a 03 anos e 11 meses	10	50%
b) 04 a 08 anos	1	5%
c) Outros	1	5%
Não informou	8	40%
Total	20	100%

Fonte: Elaboração própria com os dados da pesquisa de campo, realizada em maio/2016.

As informações sobre a faixa etária dos filhos dos jovens demonstram que uma minoria - 1 - está com filhos em idade escolar, 5%, o que pode representar que essa criança recebe a alimentação do PNAE pelo menos duas vezes ao dia. Já os 50% da idade entre 0 a 3 anos e 11 meses, ao frequentar a sala de acolhimento, podem vir a alimentar-se com os pais ou não, no caso de bebês.

Uma curiosidade é a falta de informação detectada em alguns itens, como o fato de 8 estudantes não informarem a idade das crianças, o que pode denotar dificuldade de interpretação e leitura da questão.

02. Sobre a alimentação escolar

02. Para estudar no Projovem, você:		
Especificação da informação	Absoluto	%
a) vem direto de sua casa	87	71%
b) vem direto do trabalho	35	29%
Não informou	0	0%
Total	122	100%

Fonte: Elaboração própria com os dados da pesquisa de campo, realizada em maio/2016.

A seguir, importou-nos saber se os jovens vêm direto do trabalho ou de casa. Surpreende-nos saber que somente 29% sai do trabalho e vai estudar. E que algumas conjecturas podem ser feitas sobre o fato de que 87 jovens, correspondente a 71% do total, vem direto de casa. Podemos pensar na transitoriedade no mundo do trabalho pela qual passam os jovens, ou no fato de irem a outros lugares antes da ida à escola, de trabalharem meio período, do horário integral de trabalho ser flexível etc.

03. Periodicidade com que se alimenta no Projovem

03. Você se alimenta no Projovem:		
Especificação da informação	Absoluto	%
a) todas as noites em que há aulas	40	33%
b) só quando está com fome	21	17%
c) apenas quando o cardápio lhe agrada	57	47%
d) nunca	4	3%
Não informou	0	0%
Total	122	100,0

Fonte: Elaboração própria com os dados da pesquisa de campo, realizada em maio/2016.

Para saber a periodicidade com que os jovens usufruem da alimentação escolar, os dados a seguir demonstram que apenas 33% dos estudantes merendam de segunda a sexta-feira no período das aulas. Dos 122 estudantes que responderam à pesquisa, 17% dos jovens só se alimentam na escola quando estão com fome e uma parte significativa, 43% do total, apenas quando o cardápio está do seu agrado. E 3% afirmam nunca se alimentar na escola.

04. Sobre a alimentação oferecida

4. Para você, a alimentação oferecida no Projovem:		
Especificação da informação	Absoluto	%
a) é necessária para os alunos	117	95%
b) não fará falta se não for oferecida	0	0%
c) deve ser oferecida apenas para os que vêm direto do trabalho	1	1%
d) não é obrigação da escola	2	2%
Não informou	2	2%
Total	122	100%

Fonte: Elaboração própria com os dados da pesquisa de campo, realizada em maio/2016.

Mas, contrariamente ao número de alunos que não merendam cotidianamente, dos 122 jovens respondentes 95% destes confirmam a necessidade da alimentação escolar para todos os estudantes do Projovem Urbano, o que corrobora o sentido de uma política de alimentação escolar na rede pública de ensino. E ninguém defendeu a ideia de que a alimentação escolar carece de importância se não for oferecida. Ou seja, há plena consciência para a grande maioria dos jovens da necessidade da oferta de alimentação escolar.

Interessante também perceber a atitude politizada dos jovens quando apenas 2% acha que não é obrigação da escola oferecer alimentação. Mostram-se, assim, alienados sobre os direitos conquistados socialmente. E 2% não informou.

05. Avaliação quanto ao sabor e à qualidade da alimentação escolar

5. Em relação ao sabor e à qualidade, você avaliaria a alimentação oferecida no Projovem no seu Núcleo como:		
Especificação da informação	Absoluto	%
a) muito boa	42	34,5%
b) regular	48	39,5%
c) ruim	16	13%

Continuação tabela 05.

d) não sabe	14	11,4%
Não informou	2	1,6%
Total	122	100%
Por quê?		

Fonte: Elaboração própria com os dados da pesquisa de campo, realizada em maio/2016.

Tratando-se da questão da qualidade e do sabor, houve uma divisão proporcional nas respostas MUITO BOA e REGULAR, talvez faltando ter acrescentado a resposta BOA. O restante, ao avaliar como RUIM ou NÃO SABE, pode nos induzir a pensar que faltam mais discussões com os jovens sobre o que eles consideram como alimentação de qualidade. Em relação ao sabor, voltamos à nossa construção enquanto seres humanos: aquilo que nos identifica ou nos causa determinada sensação pode não ter o mesmo significado ou não ocorrer da mesma forma para o outro. Nesse ponto, é relevante destacar que 34,5% dos jovens encontram sabor e qualidade muito bons na alimentação, enquanto 39,5% acham que é regular.

Mas quando perguntados sobre o porquê de considerarem a alimentação REGULAR, a maioria que assim argumentou diz que a qualidade e o sabor variam, que há falta de capricho das preparadoras do lanche em alguns dias; porque faltam sabores; porque repete muito (o cardápio); porque o arroz ora vem duro, ora vem mole demais; falta sal; porque em alguns dias está "pior do que comida de hospital"; que é preciso mais tempero e que, às vezes passa pelo fato de ser "bolacha e nescau" e consideram isso como comida de "criancinha. E uma resposta aparece como o/a jovem em questão justificando que é comida de escola, por isso é normal não ser boa nem ruim.

Ao avaliar como RUIM, encontramos justificativas que dizem que é uma comida que à noite não faz bem; "porque não tem gosto, mal feita, sem contar que a merendeira não sabe cozinhar, a Dona Fátima sim, fazia a comida boa e gostosa"; às vezes falta sal e cozinhar mais.

Para justificar o fato de considerarem a alimentação como MUITO BOA; verificamos que alguns completaram a resposta de forma menos enfática, como "eu gosto quando estou com fome ou quando tem frutas e legumes"; "não é de primeira

qualidade mas também não é assim tão ruim por isso a minha nota foi 8"; "porque a comida é boa" ou "porque eu gosto".

06. Aprendizagem e alimentação

6. Em relação à aprendizagem, você diria que a alimentação no Projovem:		
Especificação da informação	Absoluto	%
a) é muito importante para os alunos se concentrarem nas aulas	112	92 %
b) não é importante para a aprendizagem	7	5%
c) como os alunos não gostam de estudar, também não precisam de merenda	1	1%
d) não deve ser oferecida porque os alunos têm condições de levar merenda	0	0%
Não informou	2	2%
Total	122	100%

Fonte: Elaboração própria com os dados da pesquisa de campo, realizada em maio/2016.

Ao relacionarmos a reflexão da oferta de alimentação escolar à condições de aprendizagem (questão 6), destacamos que a maioria, 92%, o que corresponde a 112 dos 122 jovens respondentes, fez a opção pela resposta que diz que a alimentação no Projovem "é muito importante para os alunos se concentrarem nas aulas". Somente 5% considera que não é importante para a aprendizagem tal alimentação e 1 estudante acredita que "como os alunos não gostam de estudar, também não precisam de merenda". Nenhum jovem marcou a opção que diz que a alimentação "não deve ser oferecida porque os alunos têm condições de levar merenda". Ou seja, têm plena consciência da situação financeira dos colegas, ou da maioria deles.

07. A alimentação servida

7. A alimentação servida no Projovem:		
Especificação da informação	Absoluto	%
a) é nutritiva	72	59%
b) não tem valor nutritivo nenhum	4	3%
c) é boa para os filhos dos alunos porque é comida de criança	5	4%
d) deveria ser diferente	38	31%
Não informou	3	2%
Total	122	100%
Por quê?		

Fonte: Elaboração própria com os dados da pesquisa de campo, realizada em maio/2016.

Embora a questão 7 procure estabelecer o conhecimento sobre o valor nutritivo das refeições e 59% confirme que seja nutritiva, notamos que algumas respostas permanecem no senso comum, ou demonstram o pouco conhecimento sobre alimentação nutritiva, faltando melhor argumentação, por exemplo, quando dizem que a comida oferecida é nutritiva porque "às vezes tem melancia às vezes tem frutas"; ou "porque quando é comida de verdade vale a pena"; "a comida é boa"; "a alimentação quando é nutritiva pode ser muito importante para saúde dos alunos"; "boa, pois a maioria das vezes vem fruta"; ou "é bom porque meu filho come junto"; "porque dá muita energia e força e serve pra nos concentrar no estudo porque com fome ninguém se concentra"; tem muitas verduras, vitaminas, e isso é nutritivo; ou acreditam que "pra vim tão sem sal deve ser nutritiva". Apenas alguns poucos percebem que frutas e legumes são importantes na alimentação.

Para o restante dos estudantes, cerca de 41% entre os que optaram por dizer que a alimentação não tem valor nutritivo nenhum, ou é boa para os filhos dos alunos porque é comida de criança ou que deveria ser diferente e, desses, 2 que não informaram, afirmam que poderia ter outros cardápios, ser mais gostosa e ser mais leve, não ter suco sem sabor etc. Um estudante foi bem coerente e admitiu que o lanche deveria ter mais nutrientes e mais sabor.

08. Horário da alimentação

8. Você acredita que o horário da “merenda” seja:		
Especificação da informação	Absoluto	%
a) um momento de integração porque os alunos estão mais próximos de colegas, professores e as crianças filhas de algumas alunas	90	74%
b) um espaço de brincadeiras e de ficar fora das aulas	9	7%
c) um grande motivador para ir às aulas	12	10%
d) desnecessário, porque interrompe o horário de aula	4	3%
Não informou	7	6%
Total	122	100%

Fonte: Elaboração própria com os dados da pesquisa de campo, realizada em maio/2016.

A questão 8 nos demonstra o que pode representar uma refeição coletiva no espaço escolar, não somente sobre o valor em si da alimentação. E, mesmo que 7% não tenha demonstrado ter consciência disso, com certa imaturidade talvez, ao apostar que o horário do lanche seja apenas "um espaço de brincadeiras e de ficar

fora das aulas", para 74% esse espaço significa sim um momento de integração porque os alunos estão mais próximos de colegas, professores e as crianças filhas de algumas alunas/os, dando sentido ao pertencimento juvenil. Traz ainda o valor da refeição conjunta como um momento acolhedor.

09. Importância da oferta de alimentação

9. Quanto à oferta da alimentação no Projovem, você destacaria que o <u>mais</u> importante é:		
Especificação da informação	Absoluto	%
a) ter excelente qualidade	45	37%
b) ajudar a manter os alunos na escola	10	8%
c) contribuir para melhorar o desempenho dos alunos nas aulas	20	16%
d) ser saudável e nutritiva	44	36%
e) Em caso de outro motivo, explique com suas palavras	0	0%
Não informou	3	2%
Total	122	100%

Fonte: Elaboração própria com os dados da pesquisa de campo, realizada em maio/2016.

Ao procurarmos verificar o que importa mais para os jovens na alimentação oferecida no curso, destacamos o advérbio de intensidade mais, a fim de que os jovens retomassem a reflexão sobre o valor nutricional das refeições, sobre sabor, qualidade e a ação destes fatores com a permanência e a aprendizagem na sala de aula. Houve uma confirmação em relação às respostas anteriores, tendo em vista que, na questão 5 sobre a qualidade, 35% consideraram as refeições muito boas e aqui na questão 9, o percentual sobe para 37% e, de muito boas, a avaliação vai para excelente. A aprendizagem ficou em terceiro plano na importância da alimentação e o valor nutricional passou a ser ponderado por 36%. Somente um estudante mostrou ter outro motivo mais importante para a alimentação: "Porque devemos ter uma merenda de qualidade e bem feita e com toda atenção".

10. Melhor horário para a alimentação

10. Em sua opinião, o melhor horário para a alimentação no Núcleo deve ser:		
Especificação da informação	Absoluto	%
a) antes do horário do início das aulas	7	6%
b) entre uma aula e outra	107	88%
c) após o fim das aulas, na saída	5	4%

Continuação tabela 10.

d) após a maioria dos alunos chegarem ao Núcleo	3	2%
Não informou	0	0%
Total	122	100%
e) Por quê ?		

Fonte: Elaboração própria com os dados da pesquisa de campo, realizada em maio/2016.

O objetivo desta questão é perceber o que é melhor para o jovem em termos de horário de alimentação e aulas, pois tão relevante quanto a refeição, o horário proporciona integração entre os jovens das diferentes salas de aula.

A opção entre duas aulas é mais assertiva na opinião dos jovens, com 88% de aprovação e dizem que "do jeito que está, está bom". Podemos dizer que o lanche no horário de entrada pode significar desencontros para alguns, pois nem todos conseguem chegar mais cedo ao núcleo, segundo os que defendem o horário entre as aulas e que assim podem merendar todos juntos. Já para uma jovem, seria porque ficaria muito chato se ficasse das 18h30 às 22h horas na sala, não sendo capaz de aguentar não ter o intervalo. E consideram também um tempo de descanso. Aqueles que comem algo antes de sair de casa, defendem o intervalo porque já terão fome. Para os que vêm direto do trabalho, a opção de se servir o lanche antes do início das aulas é considerada a melhor, pois chegam com fome.

11. Que nota você daria para a alimentação no seu Núcleo de zero a 10, sendo 10 excelente e zero péssimo.		
Especificação da informação	Absoluto	%
a) 0 (zero) péssimo	1	1%
b) 01 a 05	18	15%
c) 06 a 09	64	52%
d) 10 (excelente)	34	28%
Não informou	5	4%
Total	122	100%
Por quê?		

Fonte: Elaboração própria com os dados da pesquisa de campo, realizada em maio/2016.

Quando solicitados a dar uma avaliação quantitativa para a alimentação no seu Núcleo, sendo 10 excelente e zero péssimo, mais da metade dos jovens (52%) optou por conceituar entre 6 e 9, o que pode variar de regular a muito bom,

reduzindo o percentual da questão 5 em que 75% dos entrevistados classificaram a alimentação como muito boa a regular. Ao justificar, usaram argumentos repetitivos, como "não é boa", "não tem sabor", "poderia ser melhor", "não é saudável" e algumas sugestões para melhorar sabor e qualidade, como a troca de funcionárias e aquisição de outros gêneros alimentícios.

Cerca de menos de 1% avaliou como péssima a alimentação do Núcleo em que zero era a nota atribuída a esse conceito e 15% deu nota de 1 a 5. Já 28%, correspondente a 34 estudantes concederam a nota máxima e elevando à categoria de excelente o lanche escolar. Para a maioria desses estudantes que deram nota 10, não se tornou necessário justificar e alguns até escreveram "Nada a declarar".

As questões 12 e 13 foram provocativas no sentido de fazer os jovens escreverem sua opinião e foram tabuladas em blocos de respostas com o mesmo sentido.

12. Qual sua avaliação geral da atividade nutricional no âmbito do Projovem Urbano?

As respostas se igualaram muito e em alguns questionários havia a "cola" visível entre três ou mais jovens.

Alguns consideraram que a merenda escolar é muito importante para os alunos que vêm direto do trabalho para o Núcleo, talvez esse grupo que vem direto tenha usado essa resposta. Para a maioria, a alimentação, ou merenda escolar como chamam, é muito nutritiva e representa um jantar. Outros, cerca de 10%, discorrem sobre a merenda não ser boa, ser mal preparada, não sendo gostosa etc. Um pouco mais de 10% defendeu o preparo e a qualidade da alimentação ofertada, cujo preparo é bom e adequado. E um número significativo, cerca de 40 jovens, não respondeu.

13. Você /Aluno tem alguma sugestão para aprimorar algum aspecto do Programa Projovem Urbano?

As sugestões apresentadas foram por grupos pequenos: cerca de 9% somente dos respondentes sugeriu melhorias no preparo da merenda, com inclusão

de mais frutas e verduras, no sabor e na qualidade. Porém, em nenhum momento, houve menção à quantidade oferecida.

O grupo maior apontou para o atraso do pagamento da bolsa-auxílio que recebem, solicitando receber em dia. Pontuamos que esta é uma responsabilidade do governo federal, que repassa a bolsa diretamente para o jovem usando o sistema de inclusão bancária. E que é um problema de gestão do programa, sim, mas que a gestão local não tem como interferir diretamente.

Alguns alunos colocaram sua insatisfação de o Projovem não acontecer em escola própria e sim utilizar o espaço da rede estadual. Pedem uma "escola", prédio no caso, só do Projovem. Isso pode ser justificado porque muitos alunos que retornam ao estudo por meio do Projovem podem ter estudado nesta mesma escola. Como também se há uma direção (da escola) que interfira de forma não muito agradável para os jovens. E cerca de mais de 60% não respondeu.

Vejamos a transcrição da expressão dos jovens:

TRANSCRIÇÃO DA EXPRESSÃO DOS JOVENS
1.Tudo bem assim.
2.Ter mais cursos de qualificação e também o 1º ano do ensino médio.
3. Só precisa melhorar a merenda.
4. Pagar a bolsa correto porque a gente precisa para pagar o ônibus.
5. Pode melhorar.
6. Pagar a bolsa em dia e ter mais intervalo.
7. A merenda ter mais frutas e verduras.
8.Tudo ótimo perfeito.
9. Não atrasar o pagamento da bolsa porque os alunos precisam para pagar o ônibus.
10. Tá tudo bom.
11. Excelente trabalho.
12. O trabalho da coordenação é muito bom mas o MEC precisa olhar com mais carinho para o programa.
13.Tem que ter mais educação física, filmes.

TRANSCRIÇÃO DA EXPRESSÃO DOS JOVENS
14. Não deve mudar nada o Projovem é muito bom.
15. Evitar trocar de professor isso é ruim para o aluno.
16. Ter mais materiais para usar e horário certo para entrar.
17. Ter mais respeito entre os alunos.
18. Melhorar os núcleos principalmente os banheiros e as luzes e pagar a bolsa em dia.
19. Melhorar a merenda e pagar a bolsa porque ajuda no transporte.
20. Tudo certo assim.
21. Está tudo ótimo mas os alunos precisam se esforçar mais.
22. Deveria ter mais nos bairros.
23. Precisa melhorar o pagamento para os alunos não faltarem aula.
24. Tá ótimo
25. Adoraria se oferecesse o ensino médio.
26. Pagar a bolsa todo mês para ajudar no transporte.
27. Pagar a bolsa em dia
28. Cursos logo no início do programa e pagar a bolsa pontualmente todo mês.
29. Pagar a bolsa em dia
30. Pagar a bolsa porque precisamos para o vale transporte.
31. Pagamento da bolsa em dia
32. Tá bom demais.
32. Pagar a bolsa em dia porque os alunos precisam para vir para escola.
33. Pagar a bolsa em dia e oferecer mais cursos profissionalizantes.
34. Tem aluno que reclama mas para mim tá tudo ótimo. Quero só agradecer a toda família Projovem.
35. Ter mais distração para passar o sono.
36. No momento tá tudo bem.
37. Tudo certo
38. Deveria ter mais atividades como: gincanas jogos.
39. Acho que deveria ter uma escola só do Projovem para a gente não ficar sendo humilhado.
40. Uma escola só para o projovem.

TRANSCRIÇÃO DA EXPRESSÃO DOS JOVENS
41. Uma escola só para o projovem.
42. Melhorar os professores.
43. Deveria acabar mais cedo, assim é ruim para quem mora longe.
44. Melhorar o pagamento da bolsa.
45. Para mim está bom, professores qualificados que gostam de ajudar os alunos.
46. Tem que melhorar a merenda e os professores.
47. Tudo bom.
48. Transporte escolar.
49. Ter uma data certa para o pagamento da bolsa.
50. Projovem é muito bom.
51. Variar o cardápio do lanche.
52. O programa é muito bom.
53. Deveria ter ensino médio.
54. Que o programa continue pois ainda tem muita gente querendo a oportunidade de estudar.
55. Merenda com mais verduras e frutas.
56. Inovar com ações.
57. Melhorar a limpeza e <i>alimentação</i> .
58. Higiene dos banheiros.

Fonte: Elaboração própria com os dados da pesquisa de campo, realizada em maio/2016.

7 CONCLUSÕES

Associar a análise sobre a gestão efetiva da alimentação escolar dos jovens estudantes do Projovem Urbano no município de Rio Branco feita por eles próprios representa um grande momento de escuta dos beneficiados. O Projovem ocorre sob a gestão municipal desde 2006 que sempre se destacou pela sua seriedade e responsabilidade em desenvolver uma política de educação de juventude que "implica a busca de novas estratégias de ensino e aprendizagem capazes de levar em conta as vivências e os sonhos dos jovens que interromperam precocemente seu percurso escolar" (Manual do Educador: Orientações Gerais, 2012).

Quando pensamos nessas duas políticas estratégicas para a educação, como o Projovem e o PNAE, ocorre-nos o entendimento sobre sua força dentro do processo de ensino e aprendizagem, e também ampliamos nosso conhecimento a respeito de políticas públicas eficientes. O conhecimento da sua história pode servir ainda para ampliar a consciência crítica de quem o executa.

Levando-se em conta as considerações dos jovens atores sobre a importância da gestão efetiva da alimentação escolar no processo de ensino e aprendizagem, suas inserções na avaliação, conclui-se que a alimentação escolar é de suma importância na vida dos educandos, visto que garante maior rendimento escolar. Há pleno conhecimento sobre a alimentação saudável bem ser essencial para a manutenção e desenvolvimento da qualidade de vida humana. Embora tenhamos verificado que faltam informações científicas na escola sobre o que seja uma alimentação mais nutritiva, tendo em vista que os cardápios (ANEXO 1) oferecidos para esse público são orientados por equipe do CGAE.

Porém, se o nosso interesse também foi verificar a forma como os alimentos são preparados, podemos dizer que as falas são significativas quanto a isso. Alguns jovens defendem a melhoria no preparo, incluindo mais frutas e verduras, solicitando mais sabor, agregando pedidos de mudança no cardápio. De uma forma geral, não pudemos saber mais, pois a maioria não respondeu aos porquês de cada item do questionário.

As respostas falam muito sobre a efetividade da gestão da coordenação do Projovem Urbano, pois que uma grande parte dos alunos avaliaram que a alimentação, ou merenda escolar como chamam, é muito nutritiva e representa um

jantar. As referências ao preparo variam de escola-núcleo, mas que podem servir de interrogação para a coordenação, encaminhando-a a um plano de ação que possa observar cada equipe de cozinha e melhorar a alimentação nesse aspecto.

Em relação ao que o FNDE determina - Resolução nº 32 - para as entidades executoras, a aplicabilidade do questionário e a leitura e análise de suas respostas proporcionou avaliar a aceitação dos cardápios praticados frequentemente e evidenciou que o índice de aceitabilidade foi um pouco inferior a 85%, o índice proposto pelo referido órgão. *Confirma-se tal fato no item 11, quando 52% dos estudantes deram nota de 06 a 09 para a alimentação recebida e 28% conferiu nota 10.*

No item 5, em que 34% considerou "muito boa" e 39% "Regular" no quesito "sabor e qualidade", verificamos que este resultado pode estar atrelado ao que os jovens responderam sobre o porquê de considerarem a alimentação REGULAR " a maioria assim argumentou que a qualidade e o sabor variam, que há falta de capricho das preparadoras do lanche em alguns dias; porque faltam sabores; porque repete muito (o cardápio); porque o arroz ora vem duro, ora vem mole demais; falta sal; porque em alguns dias está "pior do que comida de hospital"; que é preciso mais tempero e que, às vezes passa pelo fato de ser "bolacha e nescau" e consideram isso como comida de "criancinha."

É importante destacar o quanto fica no imaginário de uma sociedade, fazendo parte talvez do que chamamos de "currículo oculto" de uma instituição escolar, quando nos deparamos com a uma resposta de um ou uma jovem justificando que "é comida de escola, por isso é normal não ser boa nem ruim". Ora, aqui conferimos que ainda não estamos de todo acostumados com uma gestão democrática e participativa. Trata-se de um novo modelo de gestão escolar em que, segundo Lück (2013):

"A gestão participativa se assenta, portanto, no entendimento de que o alcance dos objetivos educacionais, em seu sentido amplo, depende da canalização e do emprego adequado da energia dinâmica das relações interpessoais ocorrentes no contexto de sistemas de ensino e escolas, em torno de objetivos educacionais, concebidos e assumidos por seus membros, de modo a constituir um empenho coletivo em torno de sua realização."

Desta forma, a ótica pela qual se chamava de gestão ou administração escolar o "conjunto de ideias e práticas pura e simplesmente relacionadas a uma

administração modernizada" (Lück (2013), porém mantendo-se o controle sob as pessoas e em que a participação seria manipulada, podemos justificar a fala do jovem sobre merenda ser tudo igual e assim não ter jeito de melhorar.

Podemos conferir um dos eixos estratégicos propostos por Abrucio (2006), que seja a profissionalização necessária à gestão moderna, o que representaria uma nova discussão sobre os poderes presentes na escola e a forma como nossas escolas públicas foram administradas no período da ditadura militar e anteriormente a ela. É novo, portanto, o conceito de gestão democrática, de uma administração escolar voltada à participação de todos os envolvidos na escola pública para a garantia de melhores aprendizagens.

Sabemos ser imprescindível a discussão sobre direitos. Logo, a proposta aqui seria a de retomar o diálogo com esses jovens, no caso os gestores, após a leitura de suas recomendações, ampliando a escuta e aproveitando-a na efetividade da gestão.

São os jovens estudantes do Projovem Urbano adultos em potencial e são portadores de direitos, assim, se o Programa tem por finalidade a inclusão dos jovens que passaram por alguma exclusão social e estão buscando refazer sua trajetória de vida e conforme pesquisa sobre o perfil dos estudantes do Projovem, de 2014, que é:

[...] predominantemente feminino, de cor/raça parda/negra, caracterizada por uma trajetória escolar acidentada, com baixa renda familiar e/ou individual, baixo poder aquisitivo e com oportunidades precárias de inserção no mercado de trabalho e de participação em redes e associações da sociedade. A maioria das mulheres era casada ou tinha união estável, com filhos, o que já dificultava sua permanência no curso. Já os homens eram predominantemente solteiros. A maioria entrou precocemente e de forma precária no mercado de trabalho e passou por longos períodos de desemprego (Manual do Educador: Orientações Gerais, 2012).

Dessa forma, compreendemos que esses jovens que participaram da pesquisa representam o universo composto por todos os jovens estudantes nesse curso e que todos estão em busca de reencontrar seus caminhos e sonhos. que têm uma história de vida. Se não lhes damos voz, como serem protagonistas de suas vidas? Se convidados a responder às questões e se posicionam tão criticamente, como não ouvi-los?

Não podemos, nesse momento considerar como boa a fala de um estudante que diz que a alimentação do Projovem é "como merenda de escola". Este é discurso do conformismo, das desigualdades pelas quais passaram por muito tempo

os alunos de escola pública, em que se pensava que merenda era comida de pobre. E cuja administração passava por autoritarismo e controle absoluto. E, por isso, não era visível a opinião dos estudantes, pois nem eram ouvidos. Atualmente, sob a égide dos direitos humanos, a administração escolar também mudou e se estabelece num estatuto democrático, em que se planeja, se acompanha todas as atividades, mas se compartilha responsabilidade e compromisso com os sujeitos que se encontram numa determinada comunidade escolar. Logo, podemos sugerir a que a coordenação procure envolver as cozinheiras, estudantes e professores no sentido de melhorar o preparo utilizando-se de técnicas modernas de administração, como a avaliação.

Quanto ao cardápio, parece-nos que a transparência é um dos eixos adotados pela coordenação do Programa, já que nos foi permitida a consulta a ele, o que garante a profissionalização da burocracia: um determinado órgão estabelece um parâmetro, outro desenvolve rotinas e a gestão pública se orienta por isso. Professores, alunos, merendeiras não participam de sua elaboração.

Porém, ao mesmo tempo em apenas um estudante seguiu em sua heteronomia, se invisibilizando no processo de avaliar, também apenas um se posicionou como sujeito de direitos ao dizer que "devemos ter uma merenda de qualidade e bem feita e com toda atenção". É a situação do direito que não pode ser negado. É a autonomia do ser cidadão. A alimentação escolar adequada é um direito de todos que estão no sistema de educação pública.

As escolas e seus gestores têm o potencial de desempenhar um papel vital sobre a preparação e manutenção da saúde de nossos alunos e sobre as capacidades de aprendizagem e benefício de seus comportamentos sociais, fornecendo lanches nutritivos durante a rotina escolar. E percebemos que os cardápios elaborados têm esse objetivo. Então, é de alguma complexidade a supervisão e o controle da manipulação desses alimentos, mas necessários, pois é pela fala dos jovens que houve esta percepção: o preparo dos alimentos, em algum ponto, está deixando a desejar.

A alimentação escolar garante maior rendimento em sala de aula, além disso, proporciona maior participação dos educandos nas tarefas escolares. Em alguns casos, a alimentação escolar é a principal refeição diária dessas crianças, ou pelo

menos as mais necessárias, por isso, é importante que esses alunos consumam todos os grupos alimentares.

Em relação à gestão, o exercício da coordenação do Programa Projovem deve possibilitar a observação do cotidiano escolar e que a natureza do processo pedagógico enquanto trabalho humano exige a consideração de um conceito mais abrangente de produto de tal processo (PARO, 2013).

Ao considerarmos a análise das respostas dos jovens nesta pesquisa, devemos pensar que se trata de um processo participativo, pois os jovens fazem parte do sistema escolar e têm pleno direito à uma educação de qualidade, incluindo-se aí o direito a uma alimentação bem preparada. E, de acordo com Lück (2013),

[...] considerando-se que na escola, como organização social, são reproduzidos os movimentos sociais e conflitos entre grupos diferenciados de interesse, de conflitos de poder e tensões respectivas, pode-se afirmar que nesse contexto há oportunidade de se desenvolver, de maneira integrada, conhecimentos sobre o processo humano socialmente organizado. Deixar de fazê-lo constitui-se em um desperdício de excelente oportunidade de construir conhecimentos e significados para explicar as práticas escolares e orientar seus processos de maneira mais bem fundamentada. Vale dizer que os processos sociais participativos providos na escola constituem-se em campo fértil e rico de construção de conhecimento social.

Assim, espera-se que este trabalho auxilie à gestão do Programa de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano, a partir da participação dos estudantes do curso para a coletividade da escola, para o desenvolvimento da qualidade da alimentação escolar oferecida e do protagonismo dos jovens. Embora a pesquisa com os jovens nos tenha demonstrado que a alimentação escolar oferecida no Projovem é produto de uma boa gestão, mas que pode ser melhorada com um olhar mais direcionado em algum dos espaços de cozinha, de uma das escolas, talvez.

Deve-se ressaltar que este trabalho não tem nenhuma pretensão de esgotar o tema aqui abordado sobre a importância de uma boa gestão pública da alimentação escolar, pois seguramente outros entendimentos virão e poderão ser somados ao entendimento até então observado.

Assim, como a educação não é neutra, cabe à gestão escolar assumir um sentido de responsabilidade política, mediante sensibilidade e bom-senso, que lhe permita discernir a relevância e a amplitude da repercussão da tomada de decisão para a escola como uma coletividade, para a qualidade de seu processo educacional

e para o sentido de autonomia e desenvolvimento da comunidade escolar (LÜCK, 2013).

Para concluir, a análise dos dados da pesquisa demonstram que uma boa parte dos alunos gostam da alimentação oferecida e cerca de 95% acreditam ser ela essencial para todos os estudantes. Quando perguntados sobre o que teriam de sugestões para a melhoria do curso oferecido no Projovem Urbano, apenas 10% pediram mudanças na merenda. Destarte, podemos pensar em exercício de cidadania quando a participação se torna o ponto de partida para uma gestão pública democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR15287: Informação e documentação: projeto de pesquisa – Apresentação. São Paulo: ABNT, 2005.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR6023: Informação e documentação. Referências – Elaboração. São Paulo: ABNT, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Conselho Deliberativo. **Resolução CD/FNDE, nº 60** de 09 de novembro de 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar; Instituto Via Pública. **Projeto Nutre SP: análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no estado de São Paulo.** /Maria Amélia Jundurian Corá; Walter Belik , organizadores --São Paulo: Instituto Via Pública, 2012.

_____. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar.** Coordenação-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Manual de orientação para os conselheiros e agentes envolvidos na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, 2009.

_____. Ministério da Educação. Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano, 2012. **Manual de Orientações Gerais.** Brasília, 2012.

Saúde em Foco, Rio de Janeiro, v.3, n.18, p.27-32, 1999. (Informe Epidemiológico em Saúde Coletiva da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro).

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Trajatória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas.** Revista de Administração Pública - Dezembro de 2006.

ARANTES, Rogério Bastos; ABRUCIO, Fernando Luiz; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. **A imagem dos tribunais de contas subnacionais.** *Revista do Serviço Público*, Brasília: Enap, v. 56, n. 1, p. 57-85, 2005.

BOTELHO, Raquel Assunção. **Teste de Aceitabilidade – Alimentação Escolar.** CECANE/UnB. Disponível em <http://www.rebrae.com.br/extensao/teste.PDF>. Acessado em 11 de julho de 2011.

CASTRO, T.F, et al.; **Caracterização do consumo alimentar, ambiente socioeconômico e estado nutricional de pré-escolares de creches municipais.** *Revista de Nutrição.* São Paulo, v.18, n.3, p.2-3, 2005.

CECCIM, Ricardo Burg, **A merenda escolar na virada do século — agenciamento pedagógico da cidadania**. Brasília, ano 15, n.67, jul./set. 1995. Disponível em 20 de maio de 2008. Acessado em 12 de julho de 2011.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Gestão de Recursos Federais – Manual para Agentes Públicos**. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/cgu/cartilha_CGU.pdf>. Acessado em 10 de julho de 2011.

CORTELAZZO, Iolanda Bueno de Camargo; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Pesquisa e Prática Profissional – Instrumentos de Investigação. Curitiba: IBPEX, 2006.

COURE, Raul Enrique, **A Importância da Merenda escolar no desenvolvimento do aluno**; 2009. Disponível em http://www.nossadica.com/merenda_escolar.php. Acessado em 10 de julho de 2011.

GASTROCENTER, **Prevenir-se pela boca: O que os alimentos fazem realmente pela sua saúde**. Disponível em: <<http://www.gastrocenter.com.br>>. Acesso em: 30 ago. 2007. Acessado em 10 de julho de 2011.

Heit, P & Meeks, a L & Page, R (1996). **Estratégias totalmente impressionantes para a saúde de ensino**. Chicago.IL: Corporation aprendizagem diária.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade; Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. ver. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 11 ed.. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. Série Cadernoss de gestão.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/home/>>. Acessado em 10 de julho de 2011.

Nutrição e educação (1998, 28 de outubro). Nações Notícias Restaurante p.28 Olson, C. (1994 16 outubro) baseados na escola programas de nutrição e serviços. [http // : www.eatright.org / escola-based.html](http://www.eatright.org/escola-based.html)

PARO, Victor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3 ed. SP: Ática, 2000.

RIBEIRO, Livia Maria de Pádua; PEREIRA, José Roberto e BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Reformas da Administração Pública Brasileira: Uma Contextualização do seu Cenário, dos Entraves e das Novas Perspectivas**. XXXVII Encontro da ANPAD, RJ, janeiro de 2013.

SIZER, F.S; WHITNEY, E.N.; **Nutrição: Conceitos e Controvérsias**. 8 ed. Barueri: Manole, 2003.

FERNANDES, G. Entrevista, professor do Departamento de Gestão Pública da EAESPFGV http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160416_porque_deu_e_rrado_ab

APÊNDICES.**QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS****A. IDENTIFICAÇÃO**

Aluno(a) _____

Núcleo: _____

01. Idade: _____ano

02. Sexo: Masculino () Feminino ()

B. DADOS ESCOLARES**01. Filhos sendo acolhidos no Núcleo:** () SIM () NÃO

Se respondeu SIM, escreva se são 1, 2 ou 3 filhos, a IDADE e o sexo:

02. Para estudar no Projovem, você:

a) vem direto de sua casa ()

b) vem direto do trabalho ()

03. Você se alimenta no Projovem:

a) todas as noites em que há aulas ()

b) só quando está com fome ()

c) apenas quando o cardápio lhe agrada ()

d) nunca ()

4. Para você, a alimentação oferecida no Projovem:

a) é necessária para os alunos ()

b) não fará falta se não for oferecida ()

c) deve ser oferecida apenas para os que vêm direto do trabalho ()

d) não é obrigação da escola ()

5. Em relação ao sabor e à qualidade, você avaliaria a alimentação oferecida no Projovem no seu Núcleo como:

- a) muito boa () b) boa () c) regular () d) () ruim

Por quê?

6. Em relação à aprendizagem, você diria que a alimentação no Projovem:

- a) é muito importante para os alunos se concentrarem nas aulas ()
 b) não é importante para a aprendizagem ()
 c) como os alunos não gostam de estudar, também não precisam de merenda ()
 d) não deve ser oferecida porque os alunos têm condições de levar merenda ()

7. A alimentação servida no Projovem:

- a) é nutritiva ()
 b) não tem valor nutritivo nenhum ()
 c) é boa para os filhos dos alunos porque é comida de criança ()
 d) deveria ser diferente ()

Por quê?

8. Você acredita que o horário da “merenda” seja:

- a) um momento de integração porque os alunos estão mais próximos de colegas, professores e as crianças filhas de algumas alunas ()
 b) um espaço de brincadeiras e de ficar fora das aulas ()
 c) um grande motivador para ir às aulas ()
 d) desnecessário, porque interrompe o horário de aula ()

9. Quanto à oferta da alimentação no Projovem, você destacaria que o mais importante é:

- a) ter excelente qualidade ()
- b) ajudar a manter os alunos na escola ()
- c) contribuir para melhorar o desempenho dos alunos nas aulas ()
- d) ser saudável e nutritiva ()
- e) () Em caso de outro motivo, explique com suas palavras:

10. Em sua opinião, o melhor horário para a alimentação no Núcleo deve ser:

- a) antes do horário do início das aulas ()
- b) entre uma aula e outra ()
- c) após o fim das aulas, na saída ()
- d) após a maioria dos alunos chegarem ao Núcleo ()

Por quê?

11. Que nota você daria para a alimentação no seu Núcleo de zero a 10, sendo 10 excelente e zero péssimo.

Nota: _____

Por quê? _____

12. Qual sua avaliação geral da atividade nutricional no âmbito do Projovem Urbano?

13. Você /Aluno tem alguma sugestão para aprimorar algum aspecto do Programa Projovem Urbano?

ANEXO

Cardápio Projovem abril e maio 2016

PRÉFEITURA DE RIO BRANCO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SEÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR



MÊS: ABRIL E MAIO/2016
ESCOLAS: PROJOVEM

SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
25.04.2016	26.04.2016	27.04.2016	28.04.2016	29.04.2016
Suco de polpa de cupuaçu com leite em pó e rosquinha de chocolate	Macarronada ao molho com carne desfiada ou picada, cebola, tomate e seleta de legumes e salada de batata e cenoura cozidas	Tirinhas de fígado frito com cebola e cheiro-verde, macarrão, feijão feito a parte e salada de couve e cenoura	Suco de polpa de cajá + Farofa de ovos, com cebola, ervilha e cheiro-verde com batão de dois	Picadinho de carne ao molho com macaxeira e jerimum, batão de dois e salada de couve e repolho
02.05.2016	03.05.2016	04.05.2016	05.05.2016	06.05.2016
Farofa de mexido de ovos com peito de frango desfiado, cheiro-verde, tomate e cebola, arroz com seleta de legumes	Suco de polpa de acerola com leite em pó e biscoito doce + fruta maçã	Suco de maracujá e cachorro quente (pão massa fina, extrato de tomate, tomate, milho, cebola e salsicha e carne desfiada)	Sopa de carne com feijão, arroz, macarrão, macaxeira, repolho, couve, jerimum, batata e cenoura	Frango cozido ao molho com batata, cenoura e ervilha, batão de dois e salada de alface e tomate
09.05.2016	10.05.2016	11.05.2016	12.05.2016	13.05.2016
Suco de goiaba e pão de milho com leite e sal	Frango assado ou frito com batata, tomate e cenoura, macarrão, feijão, feito a parte com jerimum	Suco de polpa de maracujá e Farofa de ovos, cheiro-verde e cebola, arroz com milho	Cozidão (carne picada em cubinhos, banana comprida, macaxeira, cenoura, batata, jerimum, couve e repolho), arroz e pirão feito a parte	Escondidinho de charque desfiado com macaxeira e seleta de legumes ao molho, arroz, salada de alface, cebola e tomate
16.05.2016	17.05.2016	18.05.2016	19.05.2016	20.05.2016
Farofa de salsicha com ovos, cebola e cheiro-verde, arroz com seleta de legumes	Risoto de frango (frango desfiado, arroz, banana comprida, cenoura, beterraba, milho e couve cortado em tirinhas) + purê de batatas	Omelete (ovo, tomate, cebola, salsicha, cheiro-verde, cenoura cozida e ervilha), arroz, feijão feito a parte e salada de repolho com alface crus e picados	Picadinho de carne ao molho com cenoura e batata, arroz, feijão e salada de couve refogada, cebola e tomate	Mingau de aveia e bolacha + fruta banana prata
23.05.2016	24.05.2016	25.05.2016	26.05.2016	27.05.2016
Farofa de carne desfiada com ovos, cebola e cheiro-verde, arroz com milho	Jardineira de frango (frango desfiado, arroz, batata, cenoura, beterraba, seleta de legumes e cheiro-verde picadinho)	Canja de frango com macaxeira, couve cheiro-verde, jerimum, batata e cenoura, arroz e macarrão	FERMIADO	Suco de polpa de goiaba com leite e rosquinha de coco + fruta melancia

Wilson Afonso Dias Junior - Nutricionista, CRN 04177/REGMO

"HORTA PEDAGÓGICA E VIDA, PLANTE ESSA IDEIA".

3224-9458

Serviço de Atendimento ao Escolar:

CONSERVE SEU ESTOQUE ARRUMADO, AS VERDURAS E FRUTAS ARRUMADAS NA GELADEIRA OU AS CARNES NO FREEZER TAPADAS E SEPARADAS. EVITE CONGELAR OU USAR SOBRAS DE ALIMENTOS. HIGIENE SEMPRE!

OBS: ALIMENTOS EM COR ROXA SÃO AS FRUTAS, COM VERDE OS LEGUMES E VERDURAS E OS DE COR MARROM SÃO FONTES DE PROTEÍNA.

